

Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional

Parecer n.º 09 /2020

Utilização do NIF nas plataformas digitais do CNE

1. Tendo sido solicitado Parecer ao CFJN referente à obrigação da utilização do Número de Identificação Fiscal (vulgo NIF) para identificação do utilizador na plataforma SIIC, meios disponíveis para impor o cumprimento da obrigação de prestação de contas e ainda medidas disciplinares aplicáveis e a quem em caso de incumprimento.

2. Objeto do Parecer

O objeto do presente parecer distribui-se por três questões concretas colocadas e que são as seguintes:

1. *Pode o CNE obrigar os seus associados a utilizarem o seu NIF para se autenticarem nas aplicações que são obrigados a utilizar para se cumprir o que está estabelecido regulamentarmente (no caso em apreciação – a apresentação das contas do ano escutista no SIIC)?*

2. *Quais os meios disponíveis no regulamento aos órgãos executivos dos vários níveis do CNE (aplicáveis nesta situação) para assegurar que obrigações estabelecidas oficialmente - como a de prestação das contas no SIIC - são cumpridas?*

3. *As medidas disciplinares eventualmente aplicáveis numa circunstância em como esta – em que um agrupamento fica impossibilitado de cumprir uma obrigação regulamentar pelo facto dos seus elementos se recusarem a aceder à aplicação utilizando o NIF - são aplicáveis à estrutura (agrupamento) ou aos elementos que não o fazem?*

3. Parecer

3.1. Competência para emissão de parecer

De acordo com o disposto nos artigos 27º, alínea d) do ECNE e 39º, nº1, alínea d) do RGCNE compete ao Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional elaborar pareceres sobre questões de âmbito estatutário e regulamentar.

3.2. Apreciação das questões colocadas

1. Prevê o nº. 1 do artigo 10º do Regulamento Geral do CNE (RGCNE) que *“os atos normativos são os constantes do Anexo 1, o qual também define os órgãos que aprovam alterações aos mesmos, e faz parte integrante deste Regulamento Geral.”*
2. O Anexo 1 estabelece que compete ao CNP, ao CNR ou ao Conselho Permanente, por delegação do CNP ou do CNR, a aprovação da política financeira do CNE, sendo que nos *“restantes documentos e atos de gestão de qualquer nível do CNE devem ser observados os critérios do número anterior”*, ou seja, a eficácia, a simplicidade, a transparência, a clareza, a economia e a subsidiariedade – conforme artigo 10º, nºs. 2 e 3 do RGCNE.
3. A utilização de plataforma informática no CNE, e mais concretamente o Sistema Integrado de Informação Escutista – SIIE - foi aprovada em Conselho Nacional Plenário realizado na Casa do Beato Nuno, em Fátima, nos dias 26 e 27 de Maio de 2007, cuja deliberação foi publicada na Flor de Lis do Ano LXXXI, nº. 1169 de Agosto de 2007.
4. Em 2014, por determinação da Junta Central, a partir de 01 de Janeiro de 2015 passou a ser de preenchimento obrigatório, para efeitos de cumprimento de obrigações administrativas e fiscais, o número de identificação fiscal de todos os associados no SIIE – conforme OSN nº. 639, de 30 de Junho de 2014.
5. No Conselho Nacional de Representantes realizado em 25 de Novembro de 2017, na Casa do Verbo Divino, em Fátima, foi aprovada a utilização do Sistema Integrado de Integração de Contas – SIIC – conforme publicação em Atos Oficiais da Flor de Lis.
6. Em 2018 entrou em vigor o Regulamento Geral da Protecção de Dados, e o CNE disseminou com o exemplar da Flor de Lis, um documento sobre a aplicabilidade daquele regulamento ao CNE e onde se refere que os dados que o CNE pode manter do associado são, entre outros, o Número de Identificação Fiscal.
7. Na sequência do início da utilização da plataforma SIIC pelos agrupamentos, a partir de 01 de outubro de 2019, em 25 de setembro de 2019 foi emitida a circular 19-3-SF pela Secretaria Nacional

para a Gestão, dirigida às Juntas Regionais, Juntas de Núcleo e Agrupamentos, onde é reforçada a forma de acesso à referida plataforma, nomeadamente através do Número de Identificação Fiscal.

8. Para além disso, todas as circulares enviadas anualmente pelos serviços administrativos do CNE sobre o Censo Anual, alertam para as ordens de serviço e determinações quanto ao acesso às plataformas SIIC e SIIE.

9. A utilização do Número de Identificação Fiscal para efeitos de autenticação de associado junto da plataforma SIIC e, anteriormente na plataforma SIIE, decorre da determinação de 2014 da Junta Central publicada em OSN nº. 639, de 30 de Junho de 2014.

10. Tal elemento de identificação – Número de Identificação Fiscal – é essencial para a inscrição dos associados na plataforma SIIE. Desde 01 de Janeiro de 2015, faz parte dos elementos obrigatórios de identificação dos associados, é essencial para a comunicação à companhia de seguros e respetiva cobertura dos associados e ainda é um elemento de identificação que o CNE pode guardar, ao abrigo do Regulamento Geral da Protecção de Dados, no caso de saída do ativo do associado. O Número de Identificação Fiscal é ainda utilizado para emissão de recibo pelo pagamento das quotas, da inscrição em atividades nacionais e internacionais, pela aquisição de fardamento, entre outras relações que se estabeleçam entre o CNE e os seus associados. Ou seja, o Número de Identificação Fiscal é utilizado como elemento de identificação do associado pelo menos desde 2014.

11. De acordo com os Estatutos do CNE em vigor, *“para admissão à promessa escutista é condição necessária estar-se na disposição de cumprir fielmente, segundo o grau de maturidade próprio da idade respetiva, os Estatutos e os Regulamentos do CNE.”*

12. Tendo sido determinado em 2014 pela Junta Central que, a partir de 01 de Janeiro de 2015 passaria a ser de preenchimento obrigatório, para efeitos de cumprimento de obrigações administrativas e fiscais, o Número de Identificação Fiscal de todos os associados no SIIE – conforme OSN nº. 639, de 30 de Junho de 2014 – e tendo sido aprovada posteriormente a utilização do SIIC – Sistema Integrado de Integração de Contas – com o mesmo parâmetro de funcionamento, decorre da promessa escutista, realizada por cada um dos associados, a obrigatoriedade de utilizar o respetivo Número de Identificação Fiscal para autenticação do associado naquela plataforma.

13. Quando o associado realiza a sua promessa assume um compromisso livre de adesão ao CNE, tal como referido no artigo 17º do RJCNE, decorrendo daí a disciplina escutista.
14. Existindo violação do dever de utilizar a plataforma SIIC, nomeadamente para a prestação de contas de determinado nível, tal constitui uma omissão passível de enquadramento disciplinar nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 20º do Regulamento de Justiça do CNE (RJCNE).
15. A determinação da competência disciplinar está consagrada nos artigos 27º e seguintes do RJCNE, sendo da competência do nível superior a instauração de processo disciplinar por infração cometida em nível inferior – cfr. artigo 58º RJCNE.
16. Ainda quanto a esta matéria importa ter presente o que consta do artigo 61º e seguintes do RJCNE no que toca à disciplina de estruturas e órgãos dentro do CNE.

4. Conclusões do parecer

1. Por determinação da Junta Central, a partir de 01 de Janeiro de 2015 passou a ser de preenchimento obrigatório, para efeitos de cumprimento de obrigações administrativas e fiscais, o número de identificação fiscal de todos os associados no SIIE – ver OSN nº. 639, de 30 de Junho de 2014.
2. Em 2018 entrou em vigor o Regulamento Geral da Protecção de Dados, e o CNE disseminou com o exemplar da Flor de Lis, um documento sobre a aplicabilidade daquele regulamento ao CNE e onde se refere que os dados que o CNE pode manter do associado são, entre outros, o Número de Identificação Fiscal.
3. Na sequência do início da utilização da plataforma SIIC pelos agrupamentos, a partir de 01 de outubro de 2019, em 25 de setembro de 2019 foi emitida a circular 19-3-SF pela Secretaria Nacional para a Gestão, dirigida às Juntas Regionais, Juntas de Núcleo e Agrupamentos, onde é reforçada a forma de acesso à referida plataforma, nomeadamente através do Número de Identificação Fiscal.
4. As deliberações suprarreferidas cumprem o disposto no nº. 1 do artigo 10º do Regulamento Geral do CNE (RGCNE) e demais normas aplicáveis quanto à eficácia, à simplicidade, à transparência, à clareza, à economia e à subsidiariedade – conforme artigo 10º, nºs. 2 e 3 do RGCNE.
5. De acordo com os Estatutos do CNE em vigor, *“para admissão à promessa escutista é condição necessária estar-se na disposição de cumprir fielmente, segundo o grau de maturidade próprio da idade respetiva, os Estatutos e os Regulamentos do CNE.”*

6. No momento em que o associado realiza a sua promessa assume um compromisso livre de adesão ao CNE, tal como referido no artigo 17º do RJCNE, decorrendo daí a disciplina escutista.

7. Existindo violação do dever de utilizar a plataforma SIIC, nomeadamente para a prestação de contas de determinado nível, nos termos definidos pelo CNE, tal constitui uma omissão passível de enquadramento disciplinar nos termos do disposto no nº. 1 do artigo 20º do Regulamento de Justiça do CNE (RJCNE).

8. A determinação da competência disciplinar está consagrada nos artigos 19º, 27º e seguintes do RJCNE, sendo da competência do órgão executivo do nível superior a instauração de processo disciplinar por infração cometida em nível inferior – cfr. artigo 58º RJCNE.

9. Consta do artigo 61º e seguintes do RJCNE o procedimento a adotar no que toca à disciplina de estruturas e órgãos dentro do CNE.

Lisboa, Sede Nacional, 10 de novembro de 2020

O Conselho Fiscal e Jurisdicional Nacional:

António Joaquim Fernandes Cerqueira (Presidente)

António Manuel Ferreira Ventinhas (Vice-Presidente)

Silvério Cabrita Silva da Conceição (Secretário)

José Joaquim Monteiro Ramos (Vogal)

Joana Vasconcelos Teixeira (Vogal)

